

ANFIP e Innocenti Advogados discutem acordo da GIFA com AGU

A vice-presidente de Assuntos Jurídicos da ANFIP, Maria Beatriz Fernandes Branco, acompanhada do advogado do setor Jurídico Rodrigo Cartafina, juntamente com os representantes do escritório Innocenti Advogados, José Jerônimo Nogueira, Fernanda Figueiredo e Gabriela Valencio, reuniram-se na quinta-feira (13/5) com os advogados da União (AGU) Ana Carolina Camilo e Henanh Gouveia. O objetivo da reunião, que aconteceu em Brasília, foi para mais uma rodada de debates a fim de buscar o acordo na execução da GIFA (Gratificação de Incremento à Fiscalização e Arrecadação).

Anteriormente, a AGU havia sinalizado com uma proposta de deságio de 20% para um acordo global, ou seja, abrangendo todos os exequentes da ação. Como a ANFIP não possui legitimidade para entabular um acordo representando exequentes falecidos e não filiados, a Entidade propôs que o acordo fosse feito de forma individual, sendo à livre escolha de cada beneficiário.

Desta forma, a AGU solicitou mais tempo, uma vez que o acordo individual não extingue o processo. Ficou acordado, portanto, que os advogados da União farão novas análises de risco, ponderando tempo de tramitação, teses suscitadas na defesa da União e os respectivos valores para, posteriormente, voltarem a discutir com a Associação.

Na ocasião, a ANFIP também solicitou informações sobre eventual possibilidade de acordo na execução da GDAT (Gratificação de Desempenho de Atividade Tributária), uma vez que o processo, apesar de já possuir precatórios expedidos e pagos, ainda não transitou em julgado. Para essa execução, a AGU solicitou mais tempo, uma vez que as execuções são mais antigas e os advogados da União vêm encontrando dificuldade na análise das mesmas, que ainda são físicas e os cálculos se encontram em mídias anexadas aos autos. A tendência é que novas reuniões sejam agendadas para o segundo semestre.

Envie mensagem aos parlamentares da CCJ em defesa do serviço público

Agora é o momento de todos os associados se manterem unidos em defesa do serviço público. Está na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados a PEC 32/2020, da Reforma Administrativa. O relatório do deputado Darci de Matos (PSD/SC) já foi apresentado e o início da discussão está previsto para segunda-feira (24/5), com votação da admissibilidade marcada para terça-feira (25/5). Chegou a hora de todos pressionarem os parlamentares para que votem NÃO à matéria.

Com o objetivo de viabilizar o contato com os parlamentares, para pressioná-los contra este desmonte, a ANFIP coloca à disposição de toda a sociedade um SISTEMA DE ENVIO DE MENSAGENS. Temos que mostrar que todos nós estamos atentos, faça sua parte!

Veja o passo a passo a seguir:

1º – Clique [AQUI](#) para enviar mensagem aos parlamentares da CCJ;

2º – É possível mandar para todos os deputados e deputadas da Comissão ou remeter para um parlamentar específico (estado ou partido político), basta selecionar na ferramenta;



3º – O passo seguinte é o texto propriamente dito. O modelo já está disponível na caixa de diálogo; e

4º – Em seguida, preencha nome e e-mail válidos e clique em “enviar”. **IMPORTANTE:** É necessário o envio com o nome e e-mail para que as mensagens não caiam na pasta de spam do parlamentar.

Entidades reforçam ações contra Reforma Administrativa

PÁGINA 3

Comissões internas da ANFIP prosseguem trabalho

PÁGINA 6

Confira os benefícios exclusivos para os associados

PÁGINA 8

Ministro nega liminar contra alíquota previdenciária progressiva para servidores públicos

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), indeferiu pedido de medida liminar em cinco Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) que questionam a progressividade das alíquotas de contribuição previdenciária dos servidores públicos, introduzida pela Reforma da Previdência (Emenda Constitucional 103/2019), entre elas a ADI 6271, da ANFIP. Com a negativa da liminar, a decisão será submetida a referendo do Plenário.

Em nome da segurança jurídica, o ministro disse que aplicou o rito abreviado (artigo 12 da Lei 9.868/99) à tramitação dessas ações, para permitir que sejam julgadas diretamente no mérito. No entanto, como algumas categorias vêm sendo beneficiadas por decisões de instâncias inferiores e outras não, podendo levar a soluções judiciais discrepantes e anti-isonômicas, ele considerou necessário se manifestar, especificamente, sobre a progressividade das alíquotas.

De acordo com o ministro Barroso, não se verificou, de imediato, inconstitucionalidade dos artigos da EC 103/2019 referentes à matéria. Segundo ele, a presunção de legitimidade dos atos normativos emanados do Estado é reforçada quando se trata de emenda à Constituição, cujo controle de legalidade pelo Judiciário só é possível quando há afronta a cláusula pétrea. "Em juízo cognitivo sumário, próprio das medidas cautelares, não vislumbro ser este o caso relativamente a esse ponto", afirma o relator.

O relator assinalou que os dispositivos questionados (o artigo 1º, que altera o artigo 149, parágrafo 1º da Constituição, e o artigo 11, caput, parágrafos 1º, incisos IV a VIII, 2º e 4º, da emenda) são considerados constitucionais e, portanto, válidos, vigentes e eficazes. Barroso esclareceu ainda que a decisão se refere apenas à questão da progressividade das alíquotas de contribuição previdenciária dos servidores públicos.

Com informações do STF.

ANFIP aponta problemas estruturais no sistema tributário nacional



Na terça-feira (18/5), o vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários da ANFIP, Cesar Roxo Machado, participou de uma entrevista do Portal Desacato, com Rosângela Bion de Assis, sobre o tema “Brasil: Reforma Tributária para bancar a Dívida Pública?”, com o objetivo de identificar os problemas do atual sistema e trazer soluções inteligentes que permitam uma tributação mais justa e solidária no país.

Na live, Cesar Roxo explicou, de maneira simplificada, o funcionamento do sistema tributário brasileiro, e ressaltou a importância da conscientização da população sobre a atual dinâmica, que impacta direta e negativamente o bolso dos cidadãos e cidadãs pagantes de impostos. Para ele, o maior

problema está no caráter regressivo da tributação, que “impõe uma carga cada vez maior para quem ganha cada vez menos”.

Em sua exposição, o vice-presidente afirmou que o Brasil está “na contramão” quando comparado às demais nações, sendo um dos países que possui maior concentração de renda, ao passo que ocupa a 9ª posição no ranking de países mais desiguais do mundo, de acordo com dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Banco Mundial (Bird). Como exemplo, informou que, com exceção da Estônia, o Brasil é o único país do mundo que não tributa lucros e dividendos.

Para reverter a situação, considerando o contexto de crise sanitária, Roxo sugere o investimento em políticas públicas que proporcionem maior qualidade de vida à população, além da implementação de uma reforma estrutural que aumente a tributação sobre a renda das pessoas físicas que hoje não integram o sistema, o que, assim como outras medidas, não consta nas reformas tributárias apresentadas no Congresso Nacional.

Vale lembrar que a ANFIP elaborou, em parceria com a Fenafisco, a Reforma Tributária Solidária – Menos desigualdade, mais Brasil -, considerada por muitos a única alternativa de reforma capaz de enfrentar a questão da regressividade e transformar o sistema em instrumento de redução da desigualdade.

Assista a entrevista completa [AQUI](#).

EXPEDIENTE LINHA DIRETA

Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
SEDE: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Linha Direta é publicação semanal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.

Envie seus comentários sobre o **Linha Direta** para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETOR RESPONSÁVEL
Benedito Cerqueira Seba

EDITORA
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Ludmila Machado e
Thayná Cavalcante.

ESTAGIÁRIA
Marina Rodrigues

EDITORACÃO ELETRÔNICA
Gilmar Vitalino e Allan Vitalino

CONSELHO EDITORIAL
Décio Bruno Lopes
Eucélia Maria Agrizzi Mergár
Crésio Pereira de Freitas
José Arinaldo Gonçalves Ferreira
Benedito Cerqueira Seba
Cesar Roxo Machado



www.instagram.com/anfipnacional

www.facebook.com/anfip.nacional

www.twitter.com/anfipnacional

www.youtube.com/anfipoficial

DETALHES E OUTRAS INFORMAÇÕES: WWW.ANFIP.ORG.BR

Entidades do Pacto de Brasília preparam ações contra a Reforma Administrativa

A ANFIP e as demais entidades que integram o Pacto de Brasília realizaram reunião virtual, na segunda-feira (17/5), para definir os próximos trabalhos do grupo para minimizar os efeitos nocivos da PEC 32/20 (Reforma Administrativa), que é analisada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados.

Os dirigentes das entidades, que representam as carreiras dos fiscais federal, estadual, distrital e municipal, apesar de serem contra o texto proposto pelo Executivo como um todo, avaliam que é importante construir estratégias e articulações para salvaguardar as carreiras e preservar a Administração Tributária do país.

Vilson Antonio Romero, assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, participou da reunião e sugeriu que, dentre as ações, as entidades façam contato com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, Casa Civil e parlamentares, inclusive em seus estados, para levar o posicionamento do grupo que representa o fisco.



Também fazem parte do Pacto de Brasília os representantes da Associação Nacional dos Auditores-Fiscais de Tributos dos Municípios e Distrito Federal (Anafisco), da Federação Brasileira de Sindicatos das Carreiras da Administração Tributária da União, dos Estados e do Distrito Federal (Febrafisco), da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos

Municipais (Fenafim), do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional), do Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil (Sindireceita), da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco) e da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco Nacional).

Relator da PEC 32/20 suprime sugestões de princípios constitucionais em novo parecer

O deputado Darci de Matos (PSD/SC), relator da PEC 32/20, apresentou, na quinta-feira (20/5), novo parecer à proposta, suprimindo os princípios que haviam sido sugeridos para o caput do artigo 37 da Constituição Federal, são eles: imparcialidade, transparência, inovação, responsabilidade, unidade, coordenação, boa governança pública e subsidiariedade. Confira [AQUI](#) o documento.

Em sua justificativa, o parlamentar afirma que “a inclusão de novos princípios no texto constitucional, embora seja boa a intenção, pode gerar interpretações múltiplas e completamente divergentes, o que conseqüentemente gerará provocações ao Supremo Tribunal Federal para dispor sobre sua efetiva aplicabilidade em situações, por exemplo, de improbidade administrativa”.

Na segunda-feira (17/5), Darci de Matos já havia apresentado um parecer excluindo da PEC 32/20 dispositivo que permitia ao chefe do Poder Executivo extinguir, fundir ou criar autarquias e fundações públicas e retirou o trecho que impedia que servidores de carreiras típicas de Estado exerçam qualquer outra atividade remunerada.

Assim como outros, estes eram pontos considerados inconstitucionais no texto da PEC, que acaba por prejudicar diretamente as prerrogativas dos servidores públicos e a qualidade dos serviços essenciais prestados à população brasileira.

A expectativa é de que a proposta seja debatida na segunda-feira (24/5) e tenha sua admissibilidade votada na terça-feira (25/5).

Fonacate rebate matéria do Estadão sobre gastos de pessoal no Brasil

O Fonacate, do qual a ANFIP é integrante, divulgou Nota Pública repudiando matéria do Estadão, publicada nesta terça-feira (18/5),

promovendo distorções sobre a realidade do funcionalismo brasileiro. Confira a nota na íntegra [AQUI](#).

Entidades e parlamentares se unem contra a PEC 32/20



Na segunda-feira (17/5), deputados contrários à PEC 32/2020, representantes da Frente Servir Brasil, Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, centrais sindicais, associações e sindicatos se reuniram para definir estratégias de suspensão da matéria. Pela ANFIP, estiveram presentes o presidente Décio Bruno Lopes e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Wilson Antonio Romero.

O líder da Minoria na Câmara, deputado José Guimarães (PT/CE), coordenou a reunião. O objetivo unificado dos representantes é a suspensão total da tramitação da matéria, impedindo a destruição do Estado e a perseguição do serviço público.

O grupo deliberou a realização de tuitagens e pretende ainda disponibilizar um “votômetro” com os votos de cada deputado, além de ato nacional e mobilização permanente para monitorar toda a sessão deliberativa. Também será solicitada reunião com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP/AL), para a entrega de [CARTA ABERTA](#) assinada pelas entidades aos deputados.

Wilson Romero alertou que, além do tuitagem nacional, é necessário fazer contato diretamente nas redes sociais dos deputados favoráveis ao projeto, para reafirmar os prejuízos que serão ocasionados. “Temos que trabalhar isso enquanto possível para já fazer pressão, porque alguns dos integrantes da CCJ podem ir para a Comissão Especial depois”, completou.

Diversos deputados também sugeriram estratégias de combate à proposta, entre eles, Israel Batista, presidente da Frente Servir Brasil, e Alice Portugal, coordenadora da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público. Na oportunidade, informaram que as Frentes atualmente trabalham alinhadas. Entre as ações, há um abaixo-assinado que requer a suspensão da tramitação da PEC que também será entregue ao presidente da Casa. Pretendem ainda elaborar um placar com a votação do plenário e promover debates em Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais.

Após a deliberação da CCJ, os próximos passos dos representantes dos servidores serão decididos coletivamente para manter unidade na luta, independente do resultado.

Servidores denunciam novamente ministro da Economia na Comissão de Ética Pública



Afiliadas do Fórum Nacional de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) se reuniram em frente ao Palácio do Planalto, na segunda-feira (17/5), para apresentar nova denúncia à Comissão de Ética Pública da Presidência da República contra o ministro da Economia, Paulo Guedes.

A representação é motivada pelas ofensas aos servidores registradas em audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados, na última terça (11/5). Naquela ocasião, o ministro afirmou que os servidores são autoritários e “militantes de governos anteriores”.

De acordo com a denúncia: “um discurso que afirme que o servidor público se utiliza de sua posição para se sobrepor aos

demais brasileiros, que detém poder aquisitivo desmedido, ou mesmo que é defensor de ideias políticas contrárias ao atual governo, não tem nenhum contexto justificável, sequer para a defesa de uma PEC em votação. Essa postura constitui violação ao artigo 3º do Código de Conduta da Alta Administração Federal, razão por que deve ser objeto de apuração e sanção por essa Comissão de Ética Pública. Dentre os preceitos contidos tanto no Código de Conduta da Alta Administração Federal quanto no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, identifica-se o dever de adoção, pelas autoridades públicas, de postura ética, moral e transparente”.

Para a assessora jurídica do Fórum, Larissa Benevides, episódios de afronta ao serviço público por parte do ministro da Economia têm sido cada vez mais rotineiros e devem ser coibidos.

Em 11 de fevereiro de 2020, o Fonacate protocolou a denúncia 0001.000670/2020-78 (hoje sob o número 00191000135202027) também contra Paulo Guedes, quando comparou servidores públicos a “parasitas” ao defender a proposta de reforma administrativa do governo federal. Há oito denúncias contra o mesmo episódio no aguardo de análise da Comissão de Ética, sob os cuidados do relator Antonio Carlos de Nóbrega. As denúncias estão prontas para irem a julgamento, inclusive com voto pronto. As sessões são realizadas nas últimas terças-feiras de cada mês.

Veja [AQUI](#) a íntegra da denúncia contra Paulo Guedes na Comissão de Ética Pública.

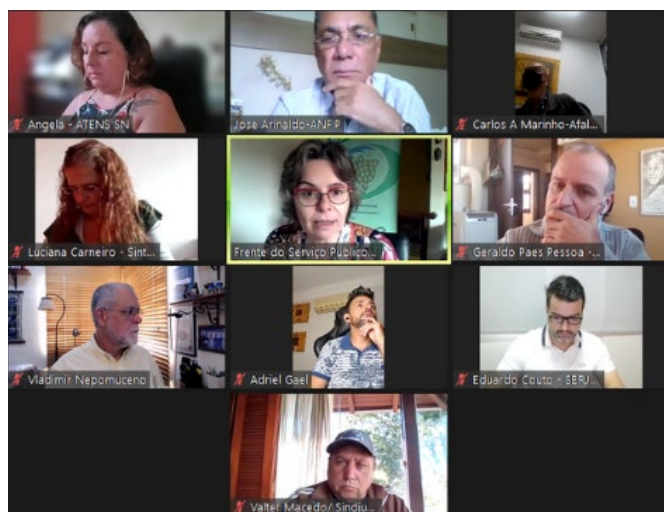
Frente do Serviço Público alinha estratégias contra Reforma Administrativa

Em reunião, na terça-feira (18/5), coordenada pelo vice-presidente de Política de Classe e Política Salarial, José Arinaldo Gonçalves Ferreira, a Frente Parlamentar Mista do Serviço Público debateu novamente ações de combate à PEC 32/2020.

O encontro também contou com a participação do deputado Rogério Correia (PT/MG), que destacou que é necessário que a população participe das ações para impedir a tramitação do desmanche do serviço público. “É importante não medir esforços nessa batalha geral, pois se empurrarmos para o segundo semestre a chance de aprovação é menor. Mas, se atrasarmos na mobilização das bases, pode ser tarde”, alertou.

O grupo aguarda o agendamento de reunião com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP/AL), e segue recolhendo participações no abaixo-assinado virtual que solicita ao deputado a suspensão da tramitação do projeto. A campanha já conta com mais de 60 mil assinaturas, participe [AQUI](#).

A coordenação da Frente convocou ainda a colaboração



das entidades para a divulgação da Vakinha, ferramenta de arrecadação virtual utilizada para financiar as ações em defesa dos direitos dos servidores. Os interessados podem doar [AQUI](#).

PEC 32/20 irá piorar a situação fiscal da União, afirma estudo da Consultoria Legislativa do Senado

A Nota Técnica elaborada pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal sobre a PEC 32/2020, divulgada na quarta-feira (19/5), destaca diversos pontos problemáticos da matéria, confirmando o que os servidores denunciam há muito tempo. A análise aponta os impactos fiscais ocasionados pela aprovação da medida e apresenta propostas alternativas para o controle das despesas com pessoal e para eficiência da administração pública.

Segundo o documento, apesar de ser apresentada pelo Executivo como uma medida de redução de gastos públicos, a

PEC 32/2020 apresenta diversos efeitos com impactos fiscais adversos, tais como aumento da corrupção, facilitação da captura do Estado por agentes privados e redução da eficiência do setor público em virtude do desmonte das organizações. Os efeitos previstos de redução de despesas são considerados limitados, especialmente no caso da União. Além do fato de que o governo não divulgou nenhuma estimativa do impacto fiscal, a única menção feita a respeito é vaga e não possui embasamento técnico.

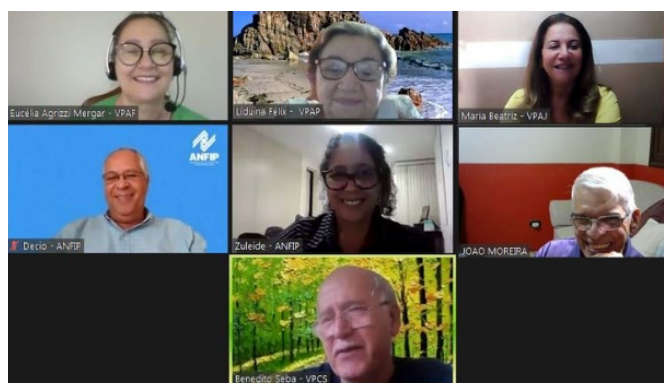
Confira [AQUI](#) o documento na íntegra.

Comissão prossegue análise de Regimento Interno da Convenção

A Comissão para elaboração do Regimento Interno da XXVIII Convenção Nacional reuniu-se na terça-feira (18/5) para dar continuidade à análise detalhada do documento, propor alterações e debater o cenário nacional, em virtude da pandemia, para a realização do evento.

Após finalizado, o material será apresentado ao Conselho Executivo e será objeto de deliberação pelo plenário da Convenção, evento deliberativo máximo da Associação, que acontece a cada dois anos. Em 2021, vai ocorrer de 18 a 21 de setembro, em formato ainda a ser definido (presencial, on-line ou híbrido).

Participaram da reunião o presidente Décio Bruno Lopes e os vice-presidentes João Alves Moreira (Administração, Patrimônio, Cadastro e TI), Tereza Liduína Santiago Félix (Aposentadorias e Pensões), Eucélia Maria Agrizzi



Mergár (Assuntos Fiscais), Maria Beatriz Fernandes Branco (Assuntos Jurídicos) e Benedito Cerqueira Seba (Comunicação Social).

Comissão da ANFIP discute mais uma etapa da elaboração do Manual de Governança



A Comissão de Governança da ANFIP reuniu-se na quinta-feira (20/5) com os especialistas em consultoria organizacional Mardonio Sarmiento e Margarida Flora, que apresentaram o organograma que compõe o processo de elaboração do Manual de Governança Corporativa.

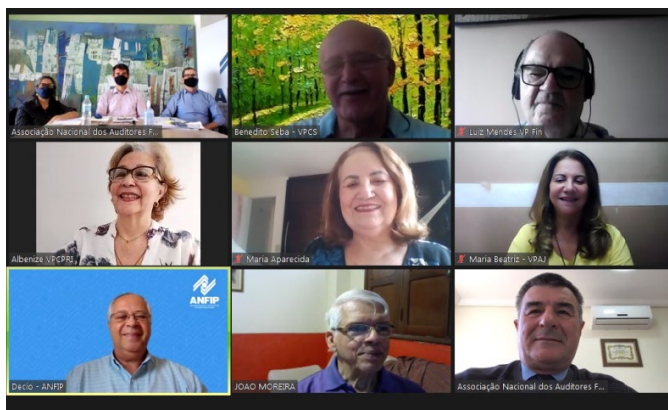
Na oportunidade, os participantes apresentaram sugestões para aprimorar o documento que está em sua segunda etapa de produção, em que são analisadas possibilidades de

aperfeiçoamento da prestação de serviços da ANFIP por meio de organização interna e processos administrativos modernos. As etapas já elaboradas do projeto serão apresentadas ao Conselho Executivo na próxima reunião da Comissão.

O objetivo da criação do Manual é aperfeiçoar a arquitetura organizacional e garantir, a esta e às próximas gestões da Entidade, maior segurança aos atos de governança, fortalecendo a Associação.

Participaram da reunião, pelo Conselho Executivo, o presidente Décio Bruno Lopes e os vice-presidentes João Alves Moreira (Administração, Patrimônio, Cadastro e Tecnologia da Informação), a quem cabe a coordenação, Márcio Humberto Gheller (Executivo), supervisor dos trabalhos, e Eucélia Maria Agrizzi Mergár (Assuntos Fiscais), além do assessor de Estudos Socioeconômicos, Wilson Antonio Romero. Pelo Conselho de Representantes participaram Miguel Arcanjo Simas Nôvo (AM) e Carlos José de Castro (GO). Também esteve presente a presidente da Fundação ANFIP, Margarida Lopes de Araújo.

ANFIP avança na organização da XXVIII Convenção Nacional



A Comissão Organizadora da XXVIII Convenção Nacional da ANFIP realizou nova reunião na terça-feira (18/5) para dar continuidade aos preparativos do evento, realizado a cada dois anos, que, em 2021, vai acontecer em setembro.

Nesta etapa, são analisadas toda a estrutura necessária para que a Convenção ocorra, dentro das medidas de

segurança sanitária; questões orçamentárias; participação dos convencionais e demais associados; produção de material gráfico e divulgação.

Também ainda está em fase de avaliação a possibilidade de um pequeno grupo (convencionais) participar presencialmente, caso as restrições por causa da pandemia sejam flexibilizadas. A Comissão Organizadora pretende dialogar, nos próximos dias, com os Conselhos Executivo, de Representantes e Fiscal para que seja tomada uma decisão conjunta, a fim de que seja oferecido aos associados o formato mais seguro de participação.

Participaram da reunião o presidente Décio Bruno Lopes, o vice-presidente Executivo, Márcio Humberto Gheller, e os vice-presidentes que integram a comissão: Albenize Gatto Cerqueira (coordenadora, Cultura Profissional e Relações Interassociativas), João Alves Moreira (Administração Patrimônio, Cadastro e Tecnologia da Informação), Luiz Mendes Bezerra (Finanças), Benedito Cerqueira Seba (Comunicação Social), Maria Aparecida Fernandes Paes Leme (Relações Públicas) e Maria Beatriz Fernandes Branco (Assuntos Jurídicos).

RFB lança aplicativo de agendamento para atendimento presencial

Já está disponível para download gratuito nas lojas Google Play e Apple Store o aplicativo Agendamento da Receita Federal. O cidadão que quer solicitar um serviço no atendimento presencial da Receita Federal precisa agendar um horário e poderá fazer pelo aplicativo.

Com a ferramenta, é possível selecionar o serviço desejado e escolher a unidade mais próxima que atende o serviço desejado. A marcação da data e do horário é feita de forma simples: não é necessário fazer cadastro, basta informar

o CPF ou CNPJ. Antes o contribuinte escolhia a unidade de atendimento sem saber se ela oferecia o serviço que precisava, causando transtorno ao cidadão e aumento das filas no atendimento, o aplicativo de agendamento é uma solução para esses casos.

Com o aplicativo, é possível ainda sincronizar o horário escolhido com a agenda pessoal, compartilhar data e horário em outras mídias, visualizar no mapa a unidade de atendimento selecionada e traçar rotas até a unidade escolhida.

Novo modelo de gestão na RFB é tema da Live Série ANFIP

Na próxima quarta-feira (26/5), a Live – Série ANFIP debate o novo modelo de gestão da Receita Federal do Brasil. O evento será realizado a partir das 10 horas, nos canais da ANFIP e da Agência Servidores no Youtube e no Facebook.

O presidente da ANFIP, **Décio Bruno Lopes**, e a vice-presidente de Assuntos Fiscais, **Eucélia Maria Agrizzi Mergár**, recebem para o debate o coordenador-geral de atendimento da Subsecretaria de Arrecadação, Cadastros e Atendimento (Suara) da Receita Federal, **José Humberto Valentino Vieira**.

A mediação é do jornalista Sérgio Lerrer. Participe!

LIVE Série ANFIP  

Novo modelo de Gestão na Receita Federal do Brasil

CONVIDADO


José Humberto Valentino Vieira
 Coordenador-Geral de Atendimento
 Subsecretaria de Arrecadação,
 Cadastros e Atendimento
 Suara - SRFB


Eucélia Maria Agrizzi Mergár
 Vice-presidente de
 Assuntos Fiscais da ANFIP


Décio Bruno Lopes
 Presidente do Conselho
 Executivo da ANFIP

  /anfip /agenciaservidores **26/5 Quarta 10h**

Comissão de Interesse de Classe define estratégias de atuação em defesa dos AFRFB

Conselheiros e assessores da ANFIP reuniram-se na quarta-feira (19/5) para mapear as pautas imprescindíveis de valorização dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, a fim de, não só aprofundar as reais necessidades da carreira, como ampliar o debate com a participação social, incluindo parlamentares e imprensa. “É um debate inédito para o futuro da carreira”, adiantou o coordenador da Comissão de Interesse de Classe, vice-presidente de Política de Classe e Política Salarial, José Arinaldo Gonçalves Ferreira.

Participam ainda do grupo os vice-presidentes Benedito Cerqueira Seba (Comunicação Social), Crésio Pereira de Freitas (Assuntos da Seguridade Social) e Eucélia Maria Agrizzi Mergár (Assuntos Fiscais), e os assessores de Estudos Socioeconômicos Vanderley José Maçaneiro e Wilson Antonio Romero.

Além de análises técnicas relacionadas intrinsecamente aos interesses da classe, que envolvem a defasagem salarial,



redução do quadro de Auditores Fiscais ativos, Bônus de Eficiência, a Comissão também vai definir estratégias mais incisivas contra a Reforma Administrativa (PEC 32/20). Com os temas pautados, o grupo volta a se reunir nos próximos dias para reunir e formatar o conteúdo produzido.

ANFIP participa de reunião do Conselho dos Regimes Próprios de Previdência

Ocorreu, de forma virtual, na quinta-feira (20/5), a 4ª reunião ordinária do Conselho Nacional dos Regimes Próprios de Previdência Social (CNRPPS), que contou com a presença do Conselheiro representante dos participantes do RPPS da União, Décio Bruno Lopes, presidente da ANFIP.

Na oportunidade, foi apresentado o resumo do manual de certificação

profissional aprovado pelo grupo. O manual detalha as ações a serem verificadas e estabelece critérios para o credenciamento das entidades que serão responsáveis pela concessão da certificação, que tem o objetivo de melhorar as escolhas dos dirigentes e o desempenho das atribuições, além de fortalecer a gestão dos RPPS.

Foi exposta ainda a minuta da nova portaria de parâmetros gerais dos RPPS

pelo coordenador-geral de Normatização e Acompanhamento Legal da Secretaria de Previdência, Leonardo da Silva Motta. Nos próximos dias serão recebidas sugestões do colegiado pela Secretaria Executiva do CNRPPS, em seguida será encaminhada para análise jurídica, caso aprovada, será publicada no Diário Oficial da União. Também foi apresentado o funcionamento da Prova de Vida 2021.

BENEFÍCIOS

Aproveite os descontos incríveis do seu Clube de Vantagens!



O Clube de Vantagens ANFIP está com ofertas imperdíveis em diversas lojas de todo Brasil. Participam da promoção, com descontos de até 40%, as empresas Compra Certa, Ponto, Magalu, Domino's Pizza, Zattini, Movida e Unidas Aluguel de Carros.

Entre agora mesmo na plataforma [ANFIPTem+Vantagens](#) e garanta sua economia!

Descontos exclusivos em graduação e pós-graduação



A Cruzeiro do Sul, conveniada da ANFIP, oferece até 33% de desconto na graduação presencial, e até 50% na graduação EAD, ambas com isenção de matrícula, e até 30% de desconto na pós-graduação EAD, com matrícula no valor de R\$ 49,00. Aproveite essa oportunidade e inicie ou reinicie seus estudos! Confira [AQUI](#) a tabela de preços da EAD.

Para validar o desconto, é necessária uma declaração da ANFIP informando que faz parte da Associação e, em caso de dependentes, certidão de nascimento, casamento ou documento como RG.

Conheça mais a Cruzeiro do Sul, [AQUI](#).

Estude Gestão Tributária com os melhores professores



Precisando atualizar o currículo ou aprofundar o conhecimento sobre a área tributária? A Faculdade Brasileira de Tributação (FBT), parceira da ANFIP, oferece 20% de desconto, para associados, na especialização Global MBA “Tax Management and Compliance”. As matrículas ficarão abertas até o dia 11 de junho, exclusivamente no site da FBT ([AQUI](#)).

O objetivo deste MBA é fornecer conhecimento de gestão tributária (sob a perspectiva pública e privada), bem como da administração de órgãos da Administração Tributária na América e na Europa, a partir de uma abordagem fática e sob a perspectiva da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), do BEPS, e da Erosão da Base Tributável e Transferência de Lucros, (BEPS), a fim de analisar os diferentes regimes tributários que afetam os investimentos recíprocos de entrada e saída na América e na Europa, incluindo os diferentes veículos mais utilizados na prática financeira.

O curso pode ser parcelado em até 18 vezes no cartão de crédito ou boletos bancários. Não perca essa oportunidade, faça já sua inscrição!

Super App Unimed Odonto tem novas funcionalidades

Pensando em tornar a experiência virtual dos associados ainda melhor, a Unimed Odonto modernizou o antigo aplicativo, adicionando e melhorando suas funcionalidades para garantir mais simplicidade e rapidez e um só lugar. Agora, o app oferece tudo o que você precisa para manter saúde bucal e bem-estar sem sair de casa.

Tenha tudo isso na palma da sua mão, baixando – caso ainda não tenha - ou atualizando o app “Unimed Odonto - qualidade de vida e bem-estar” para a nova versão em seu smartphone, disponível na Apple Store (IOS) e no Google Play (Android). Não perca tempo!

Em caso de dúvidas, entre em contato com o Setor de Serviços Assistenciais da ANFIP pelos números 3004-9196 ou (61) 98366-6006 (whatsapp), ou envie sua mensagem para o e-mail assistenciais@anfip.org.br.

ANFIP Solidária: Ainda dá tempo de destinar parte do seu IRPF para os fundos da criança e do idoso

Você sabia que pode escolher para onde vai parte do seu Imposto de Renda? O prazo final de entrega da declaração termina dia 31 de maio e você pode fazer uma boa ação de maneira rápida e simples, sem prejudicar outras deduções de despesas com saúde, educação, dependentes, previdência privada ou pensão alimentícia.

A Campanha Destinação possibilita que os contribuintes encaminhem para os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente ou ao Fundo do Idoso uma parcela do Imposto de Renda devido. Em tempos difíceis, como este de pandemia, qualquer ajuda tem valor incalculável e faz toda diferença na vida daqueles que mais precisam.

Apenas cidadãos que fazem a Declaração de Ajuste Anual pelo formulário completo podem deduzir do imposto devido os valores encaminhados aos Fundos. Até o prazo final de envio das informações para a Receita Federal, é possível destinar até 3% do imposto devido para os Fundos da Criança e do Adolescente e até 3% ao Fundo do Idoso.

Destinar é muito simples! Ao preencher a declaração, na ficha “Doações Diretamente na Declaração”, basta escolher quanto quer destinar e para quais Fundos. Se tiver alguma dúvida durante o preenchimento, o Menu Ajuda do programa do IRPF está disponível ao clicar a tecla F1. Depois, é só



imprimir o Darf e pagar até o último dia do prazo de entrega da declaração. O valor destinado será abatido do que o contribuinte deveria pagar de imposto, se tiver saldo de imposto a pagar, ou somado à restituição, se tiver saldo a restituir.

Confira [AQUI](#) o vídeo produzido pela agência da Receita Federal do Rio Grande do Sul, com os detalhes do processo de doação.

ARTIGO

Quem somos

(Roswílcio José Moreira Góes)

Antes de definirmos quem somos, devemos considerar o que não somos, com o fim de conseguirmos um melhor entendimento sobre este vocábulo. Assim, talvez, possamos pensar que somos uma pessoa cujo nome é tal, com determinado sobrenome que indica a origem familiar, nascido em tal cidade, país e em certa data. Mas, a palavra “pessoa” originária de “persona”, pode significar “máscara” porque representa um Ser Humano no sentido físico, material, sem distinção de sexo, ou seja, é diferente do Ser Espiritual, assexuado e, portanto, o Ser Humano pode ser considerado como uma máscara do Ser Espiritual.

Hoje em dia, isso é normal e cotidiano e se está usando máscara de pano sobre o rosto da pessoa, isto é, superposição de máscaras. Contudo, evidentemente, não somos máscara, não somos pessoa. O que somos então? Somos filhos de Deus, criados à Sua Imagem e Semelhança. Deus não tem forma, Ele se caracteriza como infinito e eterno. Ocupa todo o espaço em todo o tempo e nós, conseqüentemente, como filhos d’Ele, também somos imortais e infinitos. Não somos o Corpo. Apenas o usamos para aprender as experiências fenomênicas da Terra, enquanto aqui estamos.

Este conhecimento deve transformar as nossas experiências enquanto moramos no Globo Terrestre. A Lei de Causa e Efeito sempre se manifestará e qualquer causa gera o efeito

correspondente. Nosso procedimento ou ações, portanto, deve ser submetido à nossa consciência e observado com o devido cuidado para que os efeitos dele não nos sejam prejudiciais. Os nossos atos são frutos de nossos pensamentos e desejos. E sua repetição constante corporifica-se tornando-se difícil a sua transformação. Corporificar é dar corpo, é tornar-se material, ou seja: temos um corpo de pensamento e um corpo de desejos.

O corpo de pensamento é muito sutil e é acionado através da mente, já o corpo de desejos, segundo Max Heindel, no seu livro Conceito Rosa Cruz do Cosmos ou Ciência Oculta Cristã, é formado por “Luz e Cor sempre em mutação” ou como ele diz em espanhol: “Luz e color siempre cambiantes”.

Podemos purificar o nosso corpo de desejos acionando-o com a constância repetitiva de desejos espirituais puros, de Paz e Amor, formando a “Consciência”, palavra que pode ser dividida em “Co” e “Ciência” (o “n” apenas para eufonia), ou seja, dando-nos a informação de que, este vocábulo, a “Consciência”, está sempre acompanhado ou andando em paralelo com a Ciência ou Conhecimento. Esta Consciência Pura é aquela que nos eleva ao Reino de Deus ou ao espaço ilimitado e em toda a eternidade onde Ele habita. Só assim, podemos afirmar “Eu e o Pai somos Um” e saber, de fato, QUEM SOMOS.

Roswílcio José Moreira Góes
– presidente da ANFIP-BA